

NOTA TECNICA SAÚDE-N. 24- 2015

Brasília, 06 de novembro de 2015.

Área: Área Técnica em Saúde

Título: O SUS e a crise do setor público da saúde

Fonte: Dab/MS/SAS/CNS

Do final da década de 80 em diante, destaca-se a Constituição Federal de 1988, que determinou ser dever do Estado garantir saúde a toda a população e, para tanto, criou o Sistema Único de Saúde, amparado por um conceito ampliado para ser o sistema de saúde dos mais de 200 milhões de brasileiros.

Hoje o Sistema Único de Saúde (SUS) é considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país, desenvolvendo basicamente ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças, através de uma rede de serviços regionalizada, hierarquizada e descentralizada.

Assim, o processo de consolidação e descentralização do SUS implicou mudanças na legislação brasileira, buscando uma melhor implementação do sistema onde possa acompanhar as transformações econômicas e sociais do Brasil.

No entanto, para a efetivação do disposto na Constituição Federal, o Brasil tem passado por inúmeras transformações e a Confederação Nacional dos Municípios, como representante político-institucional dos Municípios e atuando na defesa do fortalecimento da gestão municipal, relaciona neste documento alguns pontos nevrálgicos da execução da política de saúde do país.

1. Financiamento da Saúde

O Financiamento do SUS é feito pelas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, porém não correspondem as necessidades da população brasileira, gerando um processo de subfinanciamento das ações, que notadamente tem dificultado a prestação e a ampliação do acesso aos serviços de saúde.

Considerando, que os gastos em Saúde crescem constantemente em razão da existência de forças expansivas e de problemas estruturais do sistema, como: transição demográfica em que as populações envelhecem e aumentam sua longevidade e conseqüentemente os gastos em saúde são maiores para a população idosa; transição epidemiológica relacionadas relativamente as doenças crônicas no qual os custos são extremamente elevados; às doenças infecciosas reemergentes e emergentes e na incorporação de inovações tecnológicas.

O Projeto de Lei Orçamentaria da União (PLOA), contrário a tendência crescente de orçamentos, apresenta uma queda da arrecadação de tributos das três esferas de governo para o ano de 2016, com um montante de gastos inferior ao ano de 2015. Esse déficit conseqüentemente, irá refletir na diminuição ou até interrupção de serviços como: consultas, exames, cirurgias, vacinação, fornecimento de medicamentos, consultas especializadas, internações, prevenção de doenças endêmicas e possivelmente nas ações da atenção básica. – recursos humanos.

1.1 Orçamento Ministério da Saúde LOA 2015 X PLOA 2016

O orçamento autorizado na Lei Orçamentária Anual - LOA 2015 para o Ministério da Saúde foi de R\$ 121,1 bilhões, contra R\$ 107,4 bilhões que foi previsto na LOA de 2014. Considerando o período de janeiro a setembro de cada ano, foram pagos R\$ 75,5 bilhões em 2015 e R\$ 74,4 bilhões em 2014.

Para medir o percentual que foi executado, compara-se o total autorizado com o que foi pago. Assim, até setembro a execução de 2014 foi de 69,3%, já em 2015, a execução foi de 62,4%. Podemos notar que o orçamento pago em 2015 está 6,9% menor do que o mesmo período do ano passado.

Orçamento _ Ministério da Saúde			
LOA	Autorizado	Pago	Autorizado X Pago
2014	107.414.290.628	74.405.890.350	69,27%
2015	121.106.948.723	75.546.552.658	62,38%

Fonte: SIAFI

Período de Jan-Set (14 e 15)

Neste sentido, o Projeto de Lei orçamentária Anual - PLOA de 2016 já estimou uma dotação para a Saúde no valor de R\$ 109 bilhões, o representa uma queda de R\$ 11 bilhões em relação a 2015. Ou seja 9,5% menor.

2. Defasagem dos Programas Federais

Outro reflexo da situação de saúde vivida no país, refere-se a desatualização dos repasses para manutenção dos Programas Federais, com a existência de inúmeras ações, estratégias ou programas, criados para o funcionamento do SUS, estão subfinanciados e os valores recebidos como incentivo são insuficientes para a prestação dos serviços, sendo complementado com recursos estaduais e municipais.

A CNM desenvolveu um estudo, analisando alguns programas, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, os percentuais de defasagem encontrados foram: Assistência Farmacêutica Básica atingiram 41,8%; Programa de Agentes Comunitários de Saúde com 12,4%; Estratégia Saúde da Família 25,1% e ações de Saúde Bucal- Brasil Sorridente 25,1%. Além da avaliação dos Componentes Financeiros: Piso de Atenção Básica Fixo com índice de 14,4 % e o Piso da Vigilância Sanitária com 64,10 % desatualizados.

A diferença entre os recursos repassados e o que deveria ser, é absorvida pelos Estados e Municípios, uma vez que se deve comprovar a execução das ações e dar continuidade a prestação dos serviços à população.

Fato é que os municípios ganharam atribuições, mas sua arrecadação de impostos não cresceu na mesma proporção, resultando na aplicação de mais de 22% das receitas próprias em saúde, na maioria dos Municípios, extrapolando os 15% estabelecidos constitucionalmente.

3. Consequências nas Gestões Municipais

g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/atraso-em-repasses-para-saude-e-educacao-preocupa-municipios-do-rs.html

30/05/2015 14:02 - Atualizado em 30/05/2015 14:03

Atraso em repasses para saúde e educação preocupa municípios do RS

Pagamentos foram prorrogados para quitar salários de servidores. Famurs diz que transferir responsabilidades a municípios não resolve.

De G1 RS

Após o anúncio do governo de que iria atrasar repasses a municípios e hospitais para pagar salários de servidores estaduais, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) demonstrou preocupação com a decisão. A entidade afirma que já solicitou uma reunião com o secretário da Fazenda, Giovanni Feltes, e aguarda para os próximos dias o encontro.

"A Federação entende que a solução para os problemas do estado não está no caixa das prefeituras. Transferir responsabilidades do governo para os municípios não resolve. Já estamos enfrentando uma recalcitrante situação de crise. Temos que fazer um amplo diálogo para evitar...

Rio Grande do Sul
10/10/2015 09:05 - Atualizado em 10/10/2015 09:05

Atrasos no repasse de verbas para o Samu regional dificultam atendimento

Prefeituras e Ministério da Saúde não fizeram os pagamentos. Como protesto, funcionários colocaram faixas pretas no carros.

De G1 São Carlos e Araraquara

PUBLICIDADE



Tema: **A EDUCAÇÃO QUE TENHO É A QUE EU DEVERIA TER**

6/10/2015 às 09:42

Atrasos nos repasses federais paralisam obras das UBS

Das sete UBS programadas para serem instaladas em Dracena, em convênio com a União, cinco estão com obras paradas por falta de repasses do Governo Federal, informa Secretaria de Obras

Por GILBERTO KASSAB / Faculdade Jesuítas Regional

Os atrasos nos repasses da União para o município de Dracena estão comprometendo as obras de cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS) que se encontram em construção no município, localizadas nos distritos de Jaciporã e Jamacã, no bairro Paulo Vendramin e loteamentos Campo São e Fiel Moacir.

As cinco unidades estão com as obras paradas, algumas com mais de 50% dos serviços realizados. Segundo a secretária municipal de Obras, Patrícia de Cassia Nascimento, das sete UBS programadas para serem implantadas em Dracena, por meio de convênios da Prefeitura com o Ministério da Saúde, duas estão concluídas, uma localizada no Jardim Jussara e outra no Jardim Brasilândia.

A Unidade do Jussara está em funcionamento e a do Brasilândia, encontra-se em fase de contratação por processo seletivo de funcionários para também começar a funcionar.

De acordo com Patrícia, o que compete à Prefeitura nos projetos, está sendo cumprido, mas da parte da União, os repasses estão atrasados desde o mês de março e as obras pararam a partir daí. "Apesar de os projetos ainda estarem no prazo legal de construção, está havendo os atrasos nas verbas federais", reitera a secretária.

Patrícia acrescenta que desde março, no sistema de informática do governo federal, aponta o parecer favorável para autorização dos recursos, mas a verba não é repassada pelo Ministério Federal, sob alegação de falta de recursos no orçamento. "Estamos cobrando praticamente todos os dias", explica.

As justificativas em Brasília (DF) para os atrasos a partir de março, conforme a secretária, começaram com alegação de que o orçamento da União neste ano foi aprovado com atraso e depois da aprovação, ficou a indefinição pelo governo federal sobre os critérios que seriam utilizados para os repasses e agora, ocorre a falta de recursos no orçamento.

A secretária enfatiza ainda que há UBS com 50% das obras prontas e estão paradas, casos do Fiel Moacir, Paulo Vendramin e nos distritos de Jamacã e Jaciporã. Os projetos de quatro dessas estão orçados em R\$ 408 mil e a quinta, em R\$ 512 mil.

SÃO MANOEL - No bairro São Manoel, também está sendo implantada uma UBS. Conforme a secretária a obra vem sendo realizada com recursos próprios da Prefeitura e está em fase de acabamento.

UPA - Sobre a obra da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), de acordo com a secretária, batem 3% para ser concluída. Os serviços vêm sendo realizados pela empreiteira responsável, mas ainda vai faltar a verba de R\$ 1,5 milhão para equipar e mobiliar a unidade.

Após o fim da obra, conforme a secretária, é necessário a Prefeitura apresentar o laudo de conclusão para que o governo federal repasse a verba. O prefeito José Antônio Pedretti, já fez solicitação da verba ao ministro das Cidades, Gilberto Kassab, durante visita a Dracena, em 26 de março.

seu emprego ou sonhos...
Cadastre seu currículo Agora!

Vagas de Servente Obras
Seu Próximo emprego está aqui

Vagas de Encarregado...
Seu Próximo emprego está aqui

Vagas de Apontador...
Seu Próximo emprego está aqui



Governo Federal atrasam repasse para Samu (Foto: Eder Ribeiro/EPTV)

São Carlos e Região
veja tudo sobre >

Grupo Preto no Branco estreia 'A Sapateira Prodigiosa' em...
HÁ 1 HORA

Homem de 54 anos é baleado após quadrilha invadir casa em São Carlos
HÁ 2 HORAS

Adolescente é detido com 5 pedras de crack na boca em Porto...
HÁ 3 HORAS

Aguaí, SP, reduz racionamento após chuva aumentar nível de...
HÁ 3 HORAS

Buscar

BRASIL DE FATO

Uma visão popular do Brasil e do mundo

BRASIL MUNDO ENTREVISTA CULTURA EDITORIAL OPINIÃO CHARGES VÍDEOS REGIONAL IMPRESSO NACIONAL

Assine Doações Nas bancas Expediente Contato Anuncie nacional Anuncie regional Receba o boletim

Início > Com atrasos nos repasses, 26 prefeituras gaúchas fecham as portas nesta quarta em protesto

Anúncio publicitário

Com atrasos nos repasses, 26 prefeituras gaúchas fecham as portas nesta quarta em protesto

Destaque topo | Nacional

Depois de que teve as contas desbloqueadas pela União no mês de agosto, o estado do Rio Grande do Sul chegou a fazer alguns repasses aos municípios, porém não em sua totalidade.

02/09/2015

Por Jaqueline Silveira,

Do Sul 21



Foto: Guilherme Sant'ana/Sul 21

social, mas que se agravou nos últimos meses devido ao atraso dos repasses. "A grande maioria de recursos para essas áreas vem de fora", justificou o prefeito.

Com 17 mil habitantes, Giruá, segundo Thomas, tem R\$ 1,3 milhão na área da saúde para receber, somando os atrasos de 2014 e deste ano. Contudo, o município só recebeu até agora R\$ 100 mil. "O atraso formou um grande bolo e você tem de escolher o que cortar", disse o prefeito sobre os recursos próprios que as prefeituras têm de disponibilizar para não deixar a população sem os serviços. A situação dos outros municípios das Missões, conforme ele, é semelhante à de Giruá. "Quem tinha uma reserva não tem mais, toda a gordura foi queimada", acrescentou o presidente da AMM sobre os custos bancados pelas prefeituras sem as verbas do Piratini e do governo federal. "As autoridades federais e estaduais precisam entender que os municípios não se arrastam por muito mais tempo, o

w.brasildefato.com.br/anunciar

Os gestores municipais devem estar preparados, para uma situação de grande dificuldade, no qual definir prioridades será uma ação comum para a manutenção dos serviços básicos.

As dificuldades influenciarão todas as ações de saúde, incluindo desde os prestadores até o funcionamento dos serviços. Destaca-se situações já levantadas pelos gestores para esse momento de crise, como: corte de programas, ações ou estratégias de saúde; necessidade de readequação dos Recursos Humanos; desmotivação dos profissionais; desabastecimento da farmácia básica; falta de recursos financeiros para aquisição de insumos; impossibilidade de aquisição de materiais e equipamentos; dificuldade de investimento em infra-estrutura; aumento do índice de desemprego; redução de salários; superlotação dos hospitais; deficiência no quantitativo de leitos; impossibilidade de realizar o atendimento domiciliar. Essas, são algumas das inúmeras reclamações já registradas, de gestores que estão à procura de soluções viáveis, na tentativa de manter o mínimo dos serviços em funcionamento.

4. Ações defendidas pela CNM

A CNM na defesa do Municipalismo e da continuidade do SUS, apoia toda ação que resulte em melhorias para os Municípios e conseqüentemente, na qualidade da assistência prestada aos usuários do Sistema de Saúde.

- Aprovação da PEC 01/2015, que define o valor mínimo a ser aplicado pela União em ações e serviços de saúde, de forma escalonada, associado a criação de novas fontes para o SUS.
- Contraria a qualquer redução de recursos no orçamento da Saúde, considerando o déficit estimado para o ano de 2016.
- Defende a maior responsabilidade de acordo com a capacidade financeira (quem arrecada mais, deve pagar mais).

- Aprovação do PLS 308/2015 para descentralizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o ente da Federação ao qual é vinculado o estabelecimento onde se deu o atendimento, condicionado a mudança do percentual definido.

-Não estabelecimento de novos pisos salariais, que onerem custos para os Municípios.

-Contraria a qualquer proposta de subfinanciamento para a saúde.

-Contraria a criação de novos programas populares, que onerem maior responsabilidade financeira aos Municípios.

-Apoia a mobilização dos gestores municipais, na possibilidade de debater políticas públicas e alternativas que ajudem no desenvolvimento das ações e serviços de saúde.

A CNM na luta pela a efetivação do direito à saúde, entende que para isso, o país depende do provimento de políticas sociais e econômicas que assegurem desenvolvimento econômico sustentável e distribuição de renda; cabendo, especificamente ao SUS a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade, simplesmente de forma equitativa.